



Anais da Assembléia

N. 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1988

ANO XI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 17.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pela Sra. Deputada Vera Agibert e pelo Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valde-ri Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa tem a grata satisfação de comunicar a presença dos Senhores Reitores das seguintes Universidades.

Universidade Estadual de Londrina - Professor Jorge Boumassar Filho;

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Professor João Lubczyk; e

Universidade Estadual de Maringá - Professor Fernando Ponte de Souza.

Tem a satisfação também de ter em nosso plenário os Vereadores de Paranaíba,

Presidente da Câmara, Wili Geraldo Brandalize, Itacir Biazus e o Advogado da Câmara Valmor Trentine.

O SRA. 1.^a SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 55/88 Mensagem do Poder Executivo n.º 043/88.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 295/314, 343 e 344/87 e Projeto de Resolução n.º 003/88.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para as Mensagens 39, 51, 76, 83, 99 e 104/87 oriundas do Poder Executivo, dada a sua importância para a adoção de medidas que visam melhorar o funcionamento da máquina administrativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

As Mensagens encaminhadas pelo Executivo estão há muito tempo nesta Casa e Leis e ainda não foram apreciadas. Ao encaminhar tais Mensagens, o Governador pretende, segundo justificativas próprias, introduzir modificações no quadro administrativo do Estado; introduzir melhorias na máquina de arrecadação do Estado e impetuosos máximos e mínimos nos vencimentos funcionalismo público estadual. Um exemplo claro é a Mensagem que reduz o prazo recolhimento do ICM pelos empresários. Damos paramo-nos, no momento, com a proposta de governo em arrochar ainda mais os salários do funcionalismo, usando-se o argumento que o Estado não está arrecadando o suf

iente. E esta Mensagem, apesar de estar há 9 meses nesta Casa ainda não foi votada.

A postura do Governador Álvaro Dias não é partilhada pelos Deputados Estaduais o PMDB, amplamente majoritários nesta casa. E o que é pior que isto: não têm coragem de assumir publicamente suas posturas, demonstrando não terem coragem de ser independentes do Executivo. Não fosse assim estas mensagens já teriam sido apreciadas. Não estamos arguindo a infalibilidade do Executivo. O Executivo tem o direito de propor as mudanças que entender necessárias. O Legislativo tem as prerrogativas e dizer sim ou não a tais mudanças. O Legislativo Paranaense não pode tornar-se refúgio de uma Bancada que não quer manifestar suas posições para não contrariar o Governador do Estado. Não podem os membros da Executiva da Assembléia, majoritariamente peemedebista decidirem por si só se as propostas do Governador são boas ou não para o Estado do Paraná.

Se o Paraná elege 54 Deputados e os paga muito bem para exercerem seus mandatos, os mesmos devem ter a suficiente condição de decidirem sobre os destinos do Paraná.

Se for para 7 membros da Executiva decidir se determinados projetos podem ou não servir aos interesses do Paraná, então que se acabe com o Plenário, que dizem os peemedebistas ser o órgão soberano de decisões nesta Casa. Ou esta prática passa a ser adotada, ou o PMDB arcará com o ônus e ser um Partido que faz tudo o que entender, até mesmo desobedecer a Lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de urgência para o Projeto de Lei nº 273 de 1984, que dispõe sobre o custeio do transporte de alunos do 1º e 2º graus, pelo Estado, quando não houver na localidade a que residem os cursos que estejam matriculados.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a designação de uma Comissão Especial para representar esta Assembléia Legislativa no Encontro Nacional da UPI-ANDAL a realizar-se em Brasília, nos dias 10, 11, 12, 13 e 14 do corrente mês, sobre Constituinte Estadual, proposta pelos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Caio Quintana,

Gernote Kirinus, Cândido Bastos, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Edmar Luiz Costa, Werner Wanderer, Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Irondi Pugliesi.

Sala das Sessões, 07.04.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, ouvida a Casa, na forma regimental, o comparecimento do Senhor Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, à Sessão Extraordinária da C.C.J., a fim de que Sua Excelência exponha, perante aquela Comissão, quais os mecanismos que o Governo pretende adotar em substituição à U.R.P., para proteger os vencimentos do funcionalismo público da corrosão inflacionária.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Palmas, pela passagem dos 109 anos de emancipação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Doutor José Maria de Araújo Perpétuo, ao Vice-Prefeito Senhor João de Oliveira Mello, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população palmanense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a laboriosa população de Palmas, que comemora com júbilo os seus 109 anos de existência politicamente emancipada.

Palmas se consolidou como um dos principais pólos de desenvolvimento da importante região, constituindo-se como o portal do Sudoeste do Estado do Paraná.

As tradições mais caras aos paranaenses na economia, na cultura paranaense, no espírito de trabalho, têm suas raízes no Município. Mas Palmas é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense,

criado sob a influência da civilização do sudoeste. Desenvolve-se lá, além disso, uma economia pastoril, favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das tradicionais famílias que lhe povoaram.

A história de Palmas começa em 14 de abril de 1879, que com o correr do tempo foi crescendo e se transformando em Município de porte médio, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço principalmente aquele despreendido pela tradicional família palmense cuja história é rica em fatos. O Município deu vultos históricos para o Estado e o País, sendo marcante a participação palmense nas questões políticas, razão porque pretendemos homenagear a laboriosa população pelos seus 109 anos, homenagem esta dedicada aos seus administradores de todos os tempos.

É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra do seu povo ao longo da história.

Por todos esses fatos, o aniversário de Palmas, diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações, pelo transcurso do "Dia do Legista", comemorado em todo o Brasil, no dia 07 de abril.

REQUER, ainda, que do presente, se dê ciência aos seguintes médicos Legistas:

Dr. HUGO MAISTER e Dr. CELSO SPARK
A/C da Delegacia de Polícia de Apucarana
Rua Professor Erasto Gaertner n° 786 - Apucarana-PR.

Dr. ORLANDO SANCHES

Médico Legista de Ivaiporã - PR
Rua Acre n° 40 - Ivaiporã-PR.

Dr. JOSÉ CÁSSIO DE ALBUQUERQUE

Diretor Geral do Instituto Médico Legal
Avenida Visconde de Guarapuava n° 2652
Curitiba-PR.

Dr. LUIZ FERNANDO SILVEIRA DE ANDRADE
Instituto Médico Legal de Toledo

Dr. AZUILO MELLO

Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu

Dr. ANTÔNIO CAMATA

Instituto Médico Legal de Cascavel.
Sala das Sessões, em 07.04.88.
(a) ORLANDO PESSUTI

P.S. enviar também para o Doutor José Elias Alex Neto Presidente da Associação Médica do Paraná Rua Cândido Xavier n° 575 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje deste Poder de votos de congratulações pela passagem do "Dia do Jornalista".

Desnecessário dizer da importância social e política do exercício da profissão do jornalista que, em sua nobre missão de informar com correção todos os acontecimentos, conotando-os de acordo com as normas éticas e morais, fazendo com que prevaleça o senso de justiça na veracidade dos fatos noticiados.

Que da decisão da Casa se dê ciência ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná e à Federação Nacional dos Jornalistas, no Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido em Plenário, a transcrição, nos Anais da presente sessão, de votos de congratulações pela passagem do 88º aniversário de fundação do Município e Jacarezinho.

REQUER, ainda, envio do presente expediente aos Senhores Vereadores: José Geraldo Machado, Ordoval Spiacci, Antônio Felício, João Batista Klein (Câmara Municipal - rua: Cel. Batista, 335) e a sua Excelência o Bispo D. Conrado Walter, que foi homenageado personalidade do ano a nível municipal, pelos relevantes serviços prestados à comunidade. (Palácio Episcopal - Av. Getúlio Vargas eq. Av. Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 02 de abril, Jacarezinho comemorou o 88º aniversário de emancipação política. Justifica homenagear esta pujante cidade, pelo trabalho de seu povo, que soube levar este conceituado Município a uma posição de destaque, pelo seu pó econômico, social e universitário do noroeste. Com isto, tem prestado sua contribuição para o fortalecimento do nosso Estado.

Não podemos deixar de destacar que durante as solenidades em Jacarezinho, foi feita uma merecida homenagem a uma figu

mana que, sem dúvida, merece todo o nosso respeito e dedicação, Sua Excelência o Sr. Adjunto Dom Conrado Walter.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, a inscrição nos Anais da presente sessão, dos votos de congratulações pela passagem do 81º aniversário de fundação do Município de Carlópolis.

REQUER, ainda, envio do presente expediente ao Senhor Prefeito Municipal José Milão de Souza - Prefeitura Municipal de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A tradição de uma cidade, só é consolidada pelo trabalho sério que realiza. Considerando que Carlópolis polariza uma vasta região - (408.56Km²), comportando uma parcela significativa de riqueza, que vem sendo o café, figura entre os grandes municípios, como importante pólo de produção e arrecadação para o Estado do Paraná.

Não poderia omitir, e deixar de manifestar os meus cumprimentos ao Prefeito Sr. Camilo de Souza, em razão de sua reconhecida capacidade de administrador, a qual vem demonstrando no comando daquela importante Cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do "Dia do Corretor".

Desempenhando a difícil tarefa de compatibilizar as necessidades e disponibilidades da oferta e da procura de bens e serviços, o Corretor, nem sempre dá ao seu trabalho o valor devido, principalmente em função da crise, que aos nossos dias assola todos, enfatizando as desigualdades em nosso País.

Que da decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, se dê ciência aos homenageados, no Sindicato dos Corretores de Valores do Estado do Paraná, à Rua. Mal.odoro, 497, 8º andar.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações aos

médicos legistas, pela passagem, nesta data, do dia em que se homenageia a classe.

O eficiente trabalho que os médicos legistas desenvolvem é de suma importância, principalmente na elucidação de crimes e, muitas vezes, em função de perícia realizada por esses profissionais, é que provas são alcançadas, para que o Poder Judiciário possa exercer plenamente as suas elevadas funções.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao Instituto Médico Legal do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e Consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e louvor, pela passagem do "Dia Mundial do Combate ao Câncer".

O câncer, uma das doenças que mais mata no mundo, tem diminuído consideravelmente sua incidência sobre a humanidade, nos últimos anos, principalmente em função das entidades organizadas para o combate e a prevenção do câncer.

Numa batalha difícil, enfrentando todas as adversidades que se interpõem ao caminho dos que trabalham despretensiosamente pela causa humana, as entidades de combate ao câncer caminham quase que sempre, com o apoio e a complacência da opinião pública, mas sem recursos materiais com substância.

Que seja dada ciência dessa sincera e humilde homenagem do Poder Legislativo do Paraná, às entidades subscritas:

- Hospital Erasto Gaertner;
- Liga Feminina de Combate ao Câncer;
- Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia;
- Setor de Oncologia do Hospital Evangélico;
- Setor de Oncologia do Hospital de Clínicas;
- Setor de Oncologia da Santa Casa de Misericórdia, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Delcíno Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando providências no

sentido de que seja regulamentada a Lei n° 8.627, de 09 de dezembro de 1987, que tornou obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná, ou particulares, desde que subvencionadas pelo Estado, ou conveniadas com o IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná).

Formula a presente moção pautado nos veementes apelos recebidos de órgãos afetos à área da saúde, e empenhados na luta pela imediata aplicação da referida Lei.

Sala das Sessões, em 05.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Visando atender aos reclamos de grande parte da comunidade paranaense, principalmente aqueles que têm em suas famílias crianças portadoras de moléstias congênitas e padecem de sérios problemas relativos ao crescimento físico e mental, apresentamos na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei n° 35/86, com o objetivo de tornar obrigatória a realização do chamado "Teste do Pezinho", em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares já mencionadas.

Felizmente esta Casa de Leis aprovou e o Governador Álvaro Dias sancionou a Lei n° 8.627, de 09 de dezembro de 1987, tornando obrigatória a realização do "Teste do Pezinho" que, sem sombra de dúvida foi uma grande conquista do povo paranaense, mas, para que haja a consagração desta vitória, se faz necessário regulamentar a referida Lei para que esta possa ser fielmente executada.

Várias Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado, tem nos enviado correspondências solicitando o nosso empenho junto ao Governo Estadual, visando a imediata regulamentação e implantação de programa de laboratórios regionais, além de rigorosa fiscalização sanitária, para evitar que a Lei se transforme em letra morta.

Estas medidas reivindicadas são de caráter preventivo além de ter um grande alcance social, pois visa dar ao Estado condições para atender recém-nascidos ou lactentes na prevenção de duas principais moléstias congênitas, que podem resultar em graves alterações neuropsíquicas, que frequentemente se tornam irreversíveis quando não há atendimento em tempo hábil.

Tudo isto poderá ser evitado através de um simples exame, onde o ideal é que o sangue, duas gotinhas tiradas do pezinho do bebê, seja colhido 48 horas depois do nascimento e primeira amamentação, e colo-

cado num papel filtro apropriado, para posterior envio ao laboratório.

Se realizado o teste dentro deste prazo e for constatada a doença, a cura é quase que total, porém, dentro de um caráter de ordem preventiva, não sendo possível, o sangue pode ser colhido até o segundo mês de vida da criança.

Nos casos comprovados, após a reconvocação dos positivos nos testes de seleção, o tratamento é feito apenas com alimentação apropriada e bem orientada, à base de leite preparado (ASP), isento ou pobre em fenilalanina, para a Fenilcetonúria, e para a Hipotireoidismo congênito é necessário se faça através do T 4 - Neonatal, em vista de que, para cada três casos de tal doença apenas um será reconhecido clinicamente em tempo de se evitarem lesões cerebrais; os outros 2 (dois) se não diagnosticados pelo exame, terão deficiência mental, quando poderiam ser tratados com hormônio tireoidiano sintético.

Diante dos fatos acima narrados, temos mais absoluta certeza de que o nosso Governador e o Secretário de Estado da Saúde, contribuirão para a solução desse problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, solicitando providências para a conclusão das obras de construção de poços artesianos nas localidades de Fartura e Faturinha, Município de Vitorino, e ainda, no Distrito de Barra Grande, Município de Itapejara D'Oeste e inúmeros outros (mais de 100) poços em todo o Estado.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

Os poços artesianos em questão tivera a construção iniciada pela SURHEMA, ficando a cargo das Prefeituras Municipais comunidades, o término das obras, de acordo com convênio celebrado.

Entretanto, a extrema situação de dificuldades pelas quais passa a maioria das Prefeituras e as comunidades co-responsáveis (constituídas em maioria por pequenos proprietários), culminaram com a paralisação dos trabalhos.

A longa estiagem que se abate sobre o Estado, mais particularmente na Região Sudoeste, reclama com urgência a conclusão destes poços artesianos, para que a vida das pequenas comunidades e as muitas obras em andamento não venham a sofrer maiores transtornos.

Pelo exposto, conclama o requerente,

aval dos nobres Pares desta Augusta Casa, e que do presente, sejam cientificados os Prefeitos e Vereadores dos Municípios de Vitorino e Itapejara D'Oeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hugo Napoleão, Digníssimo Ministro de Estado da Educação, solicitando-lhe estudos e posterior implantação de uma Escola Técnica Federal, que ofereça inicialmente cursos técnicos de nível médio nas áreas de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Maringá se encontra localizada em região geográfica extremamente privilegiada e, como decorrência natural do seu cuidadoso planejamento, polariza um vasto rol de municípios.

Considerando que Maringá destaca-se como um dos maiores centros produtores da Região Sul do Brasil, contando com grande e destacados empreendimentos nas áreas comercial, industrial e agropecuária.

Considerando que Maringá sedia as Superintendências Regionais de Empresas Estaduais como a TELEPAR, SANEPAR, COPEL e também abriga empreendimentos valiosíssimos da iniciativa particular que atuam no ramo da eletrotécnica, eletrônica, mecânica e em outras operações similares.

Considerando que Maringá, apesar de contar com uma Universidade de elevado nível científico e que propicia a formação de um contingente importante de mão-de-obra especializada, ainda permanece deficiente em muitos setores da atuação humana.

Considerando em contrapartida, que o seu mercado interno de trabalho, ainda assim, apresenta-se consideravelmente debilitado com a falta de profissionais especializados nessas áreas de prestação de serviços, mesmo diante da propalada recessão noticiada pelos veículos de comunicação da imprensa escrita e falada, o crescimento das opções nessas áreas é notoriamente conhecido.

Considerando que, para preencher a demanda de mão-de-obra existente, muitas dessas empresas são obrigadas a buscar técnicos em diferentes pontos e Estados brasileiros, cujo fator vem colaborando no sentido de que hajam excessivas especulações e, como resultado óbvio, os custos de manutenção desses profissionais tornam-se preocupantes e quase que insuportáveis para muitas empresas, sobretudo da iniciati-

va particular.

Considerando ainda, que a evasão de jovens cujas famílias são radicadas em Maringá e muitas delas pioneiras, que vão para outras cidades maiores em busca de uma escola que possa dar-lhes uma profissão mais vantajosa e especializada, dificilmente retornam, porque ao se formarem já encontram trabalho nas empresas locais, deixando nossa Cidade definitivamente.

E o nosso objetivo nesta solicitação, é fazer com que os jovens não somente de Maringá, mas de toda esta vasta microrregião, encontrem facilidades de estudar um curso que esteja ao alcance de suas possibilidades financeiras haja vista que os custos para estudar em uma Universidade hoje é bastante elevado, e com a implantação de uma Escola Técnica Federal, estaremos dando não somente a chance de estudos para esses jovens, mas evitando que eles emigrem para outros centros maiores, deixando a região norte paranaense cada vez mais desabitada, e não permitindo desta forma, que eles saiam do seio de sua família.

REQUERIMENTO

Súmula: REQUER, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, e ao Senhor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que os Módulos Policiais existentes na Capital do Estado, voltem a contar com viaturas para um melhor atendimento à comunidade, e uma maior repressão à criminalidade, principalmente nos bairros mais afastados do centro da cidade.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, os Módulos Policiais existentes nos bairros mais afastados do centro de nossa Capital já não oferecem às populações ali residentes, o mesmo atendimento e a mesma segurança da época em que foram implantados, haja vista que hoje estes Módulos Policiais já não contam mais com viaturas, e normalmente existe somente um soldado de plantão, que para atender alguma ocorrência mais grave, se vê obrigado a fechar o módulo, ou deixá-lo à mercê de algum marginal. A população já não sente a mesma segurança de antes, quando solicitava a intervenção policial mesmo nos pontos mais distantes dos bairros, eram atendidos ime-

diatamente, o que não acontece hoje, visto que os policiais têm que sair a pé, isto quando existem mais de um policial no Módulo. Além da população perder o atendimento rápido da polícia com o uso das viaturas que foram retiradas, dos bairros, esta população perdeu também o atendimento que estas mesmas viaturas - prestavam no transporte e atendimento às causas de saúde, principalmente no atendimento às famílias com menor poder aquisitivo, e que não podem pagar uma ambulância, ou táxi para o transporte de um doente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento às autoridades: Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio Senhor José Hugo Castelo Branco, Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda Senhor Mailson da Nóbrega, Excelentíssimo Embaixador Jório Duster, Presidente do I.B.C., pedindo agilização de providências no sentido de amenizar a crise da cafeicultura.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

JUSTIFICATIVA:

A cafeicultura brasileira há muito vem sofrendo uma crise irremittente. As intervenções desastrosas do governo no setor através da importação de café, influíram na queda da cotação externa do produto, aliada a arrecadação de uma parcela do preço obtido em divisas a título de cota de contribuição (confisco cambial), hoje na ordem de 36% sobre o preço, com o ICM, funrural, faz com que cada saca do produto deixe 56% para os cofres públicos e apenas 34% para o produtor.

É necessário um imediatismo para mudar esta situação, diante disso, o Poder Legislativo do Paraná, apóia as reivindicações dos produtores e pede providências urgentes do Governo Federal, entre elas:

- Um bônus de Cz\$ 500,00 por saca incidente sobre o produto da safra 1987/1988, mesmo sobre o produto já entregue ao IBC.

- Regularização dos pagamentos do IBC até o dia 10 do mês seguinte.

- Antecipação do aumento de 12% no preço de aquisição para o início de abril, sem prejuízo mensal.

- Linha de crédito de longo prazo com juros reduzidos junto ao Banco do Brasil e do BANESTADO, para permitir o saneamento financeiro do setor.

Apoiamento: Luiz Antônio Setti, Anibal Khury, Eduardo Baggio, Quielse Crisóstomo, Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos, Basílio Zanusso, Orlando Pessuti, Domingos Scarpellini, Dirceu Manfrinato, Caíto

Quintana e Milton Barbosa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 076/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam anexadas ao Município de Pérola as seguintes áreas abaixo discriminadas pertencentes ao Município de Xambrê:

"Lotes 01 a 33, 63 a 142 e 167 a 196
GLEBA DOURADOS

Município de Xambrê

Área 1963,83 ha = 811,50 alq.

Partindo do marco 24 gl. Dourados/412 gl. Elisa, cravado à margem da estrada Mestre (atual rodovia Pr-182); segue-se o rumo 10°14' SE com a distância de 433,00 metros onde encontra-se outro marco 24/413, cravado à margem da estrada Girassol; continuando cruza-se a referida estrada onde encontra-se o marco 25/gl. Dourados/442 gl. Elisa. Deste marco segue-se o rumo 36°21' SE com a distância de 765,m onde encontra-se outro marco 25/442 cravado à margem esquerda do Ribeirão Pintado; continuando segue-se margeando o referido Ribeirão águas abaixo até a sua barra no Ribeirão Cantinflas; continuando segue-se margeando águas abaixo o referido Ribeirão até a sua barra no Rio Xambrê; continuando segue-se margeando o referido rio abaixo até o marco 166/167 cravado à margem direita do mesmo rio e também à margem da estrada Dourados; continuando segue-se margeando a Estrada Dourados até a Estrada Mestre (atual PR-182), continuando segue-se margeando a Estrada Mestre no sentido de Xambrê até o marco 24/413 ponto de partida cravado à margem da mesma estrada".

"Lotes 01 a 04, 89 a 182, 271, 277 a 386, 441 a 445, 459 a 468 e Patrimônio Pindorama.

GLEBA PINDORAMA

Município de Xambrê - PR

Área Rural 3.657,031 ha.

Área Urbana 37,752 ha.

Área Total 3.694,783 ha.

= 1.526,76 alq.

Partindo do marco 14 Gl. Pindorama/179 Gl. Elisa cravado à margem da Estrada Mestre (atual PR-182), segue-se o rumo 18°21' NW., com a distância de 860,m, onde encontrou-se outro marco 14/179, cravado a nascente do córrego Pintacilgo; continuando segue-se margeando o referido córrego águas abaixo até sua barra no Ribeirão Miriquiná; continuando segue-se o referido ribeirão águas abaixo até sua barra no Rio Paracai; continuando segue-se margeando o Rio Paracai; águas abaixo até o marco 386/387 cravada à margem esquerda do mesmo rio. Deste marco segue-se rumo 8°23'SE.,

com a distância de 390,m, onde encontrou-se outro marco 386/387 cravado no final da estrada Lontra; continuando segue-se margeando a estrada Lontra até a estrada Mestre (atual PR-182); continuando segue-se margeando a estrada Mestre no sentido de Xambrê até o marco 14/179, ponto de partida e cravado à margem da mesma estrada".

"ÁREA 2.338,26 ALQUEIRES

Município de Xambrê - PR

Começa na Estrada Mestra denominada PR-182 no ponto de encontro do marco que faz a divisa entre os lotes 24 e 413 da Gleba Dourados, seguindo daí rumo 10°14' SE e posteriormente pela divisa entre os lotes 25 e 442 da mesma Gleba até atingir o Rio Pintado, pelo qual desce até a sua foz no Ribeirão Cantinflas, e por este abaixo até a sua foz no Rio Xambrê, de onde segue por este abaixo até confrontar com a Estrada Dourados, seguindo daí pela referida estrada sentido noroeste até a Estrada Mestra - PR-182, de onde segue pela Estrada Lontra até atingir o Rio Paracai, pelo qual sobe até a foz do Ribeirão Miriquiná e por este acima até a foz do Corrego Pintacilgo, e por este acima até a sua nascente, de onde segue rumo 18°21' SE pela divisa entre os lotes 14 e 179 da Gleba Pindorama até a Estrada Mestra PR-182 atingindo o marco da divisa entre os lotes 24 e 413 da Gleba Dourados ponto de partida".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei objetiva beneficiar pessoas que vivem nas referidas áreas. Pois, a medida aqui defendida contribuirá com os setores da indústria e do comércio.

Para a população local facilitará as suas vidas, para resolverem seus assuntos cotidianos não mais necessitarão dirigir-se para a direção mais longínqua e sim para a que é a mais próxima.

Com a anexação das áreas já mencionadas ganhará a população das glebas de Dourados e de Pindorama, assim como o comércio e a indústria locais.

Com a presente proposta visamos satisfazer antiga reivindicação tanto no setor sócio-econômico regional como daquelas pessoas que de modo direto se beneficiarão, já que o Município de Pérola vem se tornando um dos mais promissores de sua região, contribuindo para o reconhecido crescimento de nosso Estado.

Não havendo Pequeno nem Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Associação dos Professores do Paraná vem fazendo fundamentadas publicações na "Página da Educação", que é publicada em veículos de Comunicação Social, especialmente no conceituado Jornal "O Estado do Paraná".

Essa página aborda questões relacionadas com a educação e o ensino, que considero como idéias que se fundem, e trata de temas relevantes para a nobre classe do magistério, a exemplo das perdas salariais dos professores e as intransigências do Governo, que acabarão levando os mestres a uma nova greve no Paraná.

A "Página da Educação", refresca a memória dos que consideram como arrogantes e prepotentes os que se colocaram num pedestal, investindo contra os que lutam para fazer frente a ameaças e arrochos salariais. E mostra que o leilão de aulas foi um festival desorganizado.

Ali temos um espelho das dificuldades, dos problemas e das lutas do magistério. Espelho que reflete o descaso Governamental para com os problemas da educação. Protesta contra as manobras maldosas da Secretaria de Estado da Educação, para desmoralizar as reivindicações salariais dos professores e pergunta: "será que o Governo tem medo de dizer a verdade ao povo do Paraná?"

E nesse contexto, a Associação dos Professores do Paraná, faz uma convocação, acentuando que todos nós devemos estar conscientes e trabalhar pela e para a educação, como algo prioritário nas nossas vidas e na vida do Brasil. Trabalhar pela Educação, deve ser compromisso de todos.

Quase todos quantos escreveram sobre a Educação consideraram aximático, que a comunidade e a cultura é que educam.

Mas, esta noção de educação é inerentemente ambígua; levada à sua extrema conclusão lógica, educação quase desaparece, convertendo-se em sinônimo de aculturação, o termo que os antropólogos empregam para significar a miríade de processos pelos quais qualquer sociedade e cultura amoldam o indivíduo.

Ao examinar a filosofia e prática da educação -suas limitações e fracassos, e os principais remédios propostos, para

transformar o adestramento de professores e a atmosfera da aula, Charles Silberman - integrante de uma rara estirpe de escritores que combinam os recursos da erudição acadêmica e do jornalismo, para ilustrar problemas sociais contemporâneos, considera que a educação é criação, evocação ou transmissão de conhecimentos, aptidões, habilidades e valores do modo deliberado e intencional. Enfatizar o deliberado e o intencional, não é negar que as influências deliberadas possam ser mais poderosas. É, outrossim, afirmar que o homem não pode depender de um processo eventual de aprendizagem. A menos que os homens sejam forçados a redescobrir por si mesmos todo o saber, têm que ser educados, o que equivale a dizer que a educação deve ser intencional e significativa.

Nesse contexto, vínhamos presenciando no Paraná um substancial progresso da educação elementar e secundária. As escolas públicas estavam matriculando mais jovens, tanto em números absolutos como em proporção à população.

O tom dos discursos era o das preocupações prioritárias em torno do grave problema da educação. Falava-se no empenho em reestruturar e em elevar o nível do ensino no Estado, tornando mais fácil e mais assegurado o acesso às salas de aula, aumentando o número de alunos e de escolas, distribuindo livros e material escolar por todo o território paranaense, melhorando a qualidade do ensino e tomando a sério a formação, a qualificação e a valorização do professorado. Tanto o professor, quanto a escola estavam sendo chamados a darem o seu valioso e indispensável contributo para a nova Constituição, batendo-se pelo direito de todos ao ensino, pelo amparo legal do Estado à Educação e pela execução das promessas Governamentais na área educacional. Hoje a realidade é bem diferente.

Tudo indica que o desastre começou com a presença da Professora Gilda Poli na Secretaria de Estado da Educação e veio se agravando até hoje. A grande obra realizada na área da Secretaria de Estado da Educação nos Governos de Paulo Pimentel, Jayme Canet e Ney Braga foi destruída pela incompetência administrativa recente.

Se não foi a incompetência, como se explica, então a crise generalizada? Como explicar o fato de um sistema educacional que parecia vitorioso, mostrar-se, hoje, depois de sucessivos governos do PMDB, em sérias dificuldades?

A imprensa mostrou a grave crise do setor educacional em sucessivas publicações.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um retrato do Extremo-Oeste, publicado no Jornal "Estado do Paraná",

"As escolas estaduais existentes em Marchal Cândido Rondon, principalmente o Colégio Estadual Eron Domingues, enfrentam uma séria deficiência na estrutura física, como salas de aula com muitas carteiras quebradas, obrigando alunos a procurarem carteiras em outras salas". E prossegue a reportagem denúncia: "As escolas estaduais que se encontram localizadas no interior do município rondonense, por sua vez, estão funcionando em prédios municipais, com professores pouco adequados às necessidades, já que muitos lecionam matérias para as quais não estão habilitados". O "Diário Popular", relatou algumas providências da FUNDEPAR, mas também, denunciou que na Escola Professor Renê Reis, em Curitiba, o material de limpeza foi cedido pelas próprias professoras e mães de alunos. A limpeza dessa escola informou a sua diretora estava sendo feita por 3 alunas voluntárias do Magistério da Escola Maria Aguiar Teixeira.

O "Diário Popular" revela o drama das crianças no "Novo Paraná", da miliardária campanha publicitária de Álvaro Dias: "Apesar de ter sido implantado o Ciclo Básico, permanecendo as crianças durante 7 horas diárias no estabelecimento, não há ainda condições de oferta satisfatória de merenda".

O "Jornal do Estado", assinalou que "a crise na educação marca o início das aulas", acrescentando que o maior problema consiste na falta de salas de aula, carteiras escolares, livros didáticos para serem distribuídos, e professores. E num editorial intitulado "Drama das Escolas", o "Jornal do Estado", criticou a grave situação enfrentada pela educação no Paraná e a falta de planejamento das autoridades estaduais.

O "Estado do Paraná" destacou que "a volta às aulas foi sem livros, sem salas e sem aula". É que a maioria das escolas estaduais de Curitiba dispensou seus alunos porque faltava de tudo.

Nem a ajuda prestada pela comunidade, pelos próprios professores e até presidiários, foi suficiente para resolver um dos principais problemas enfrentados pelos estabelecimentos de ensino: a falta de carteiras. E o "Estado do Paraná", relata que, somente na escola Cruzeiro do Sul, localizada no bairro de Santa Cândida, em Curitiba, cerca de 300 alunos foram dispensados, por não terem onde sentar.

E a "Gazeta do Povo", depois de enfatizar que o ano escolar começa sem carteiras, diz que a FUNDEPAR ainda não tem um controle exato sobre onde se encontra o problema da falta de mobiliário escolar. Em todo esse quadro, é interessante ressaltar que o ilustre Secretário de Es-

tado da Educação veio a público para declarar que a situação escolar não é caótica.

Vejam Senhores Deputados, que até a carga horária foi diminuída para permitir um rodízio de alunos em escolas de Maringá, segundo declaração do próprio Secretário de Estado da Educação.

Dessa forma, reduzindo-se a carga horária, passou-se também a ensinar menos no "Novo Paraná" da fantástica propaganda de Álvaro Dias.

É justo reconhecer que a gravidade da situação econômica do País muito contribui para que os problemas se agravassem, aumentando o número de matrículas na rede estadual, pois as mensalidades cobradas na rede particular de ensino chegaram às cifras astronômicas, comprometendo o orçamento de milhares e milhares de famílias. A escola particular está hoje tão cara que só pode ser freqüentada por alunos de famílias ricas.

Em que pese esta circunstância, o que não se pode admitir é que um estado que tem um governo de planejadores, de intermináveis decisões participativas sobre os planos administrativos, não tivesse em suas planilhas a previsão de que milhares de crianças e jovens, estimados em um total de 50 mil, precisariam de escola este ano.

O Secretário da Estado da Educação e o dirigente da FUNDEPAR, disseram que a grave situação do início do ano escolar seria resolvida até o final deste mês. Portanto, chegou a hora de fazer essa impostergável prestação de contas. Esperamos que seja uma prestação de contas séria, baseada na verdade, o que não tem sido uma característica da faustosa propaganda do Governo Estadual onde há um exagero desmedido, tanto nos gastos quanto no conteúdo das mensagens.

As 50 mil crianças sem escola são a melhor prova da mentira da propaganda governamental. Faltam recursos, novos professores para salas de aula, carteiras, livros e limpeza dos estabelecimentos de ensino, mas vão milhões e milhões de cruzados para endeusar o ocupante do Palácio Iguaçu. Faltam professores, mas o Diário Oficial do Estado do Paraná está recheado de atos do Governador colocando professores à disposição de órgãos públicos, inclusive da Assembléia. Faltam recursos para a pintura e limpeza das escolas. Mas, sobra dinheiro para fretar jatinhos para o vai-e-vem da cúpula governamental. Sobra dinheiro para uma propaganda mentirosa e que chega, até, a ser irresponsável.

Senão, vejamos:

A rede estadual de ensino é formada por quase 3 mil escolas estaduais ou 19 mil salas de aula. Números oficiais da Secretaria de Estado da Educação.

Pois bem, a loucura propagandística, o desvario que tomou conta dos agentes palacianos, perdulários com o dinheiro público, está se gastando mais de um bilhão de cruzados em propaganda este ano com o fabuloso orçamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Para que? Para dizer mentiras como esta publicada no encarte "Novo Paraná":

"Em seu primeiro ano de administração, o Governo Álvaro Dias conseguiu a marca respeitável de cerca de 4 mil novas salas de aulas entregues a cada dia útil".

Imagem só: A rede estadual de ensino possui 19 mil salas de aula, construídas em muitos anos de trabalho. Este Governo teria conseguido (a lavada mentira) construir 4 mil novas salas de aula entregues a cada dia útil, segundo a publicação feita com o dinheiro do povo. Seria bom que esse Governo dissesse onde estão essas salas de aula para que os 50 mil estudantes que ficaram sem escola no início do ano, pudessem estudar.

É o próprio Governo, a sua Secretaria de Estado de Comunicação Social ou a Secretaria de Estado da Educação ou ainda a FUNDEPAR, que comprovam as mentiras da faustosa propaganda: O "Novo Paraná", diz as páginas 6/7 que "em média foram entregues cerca de 3 novas salas de aula a cada dia útil". A publicação do Governo comprova a mentira dos elogios fáceis, feitos a custa do dinheiro do povo.

Na mesma publicação, à página 7, o próprio Governo se desmente, ao revelar: "A massa de alunos paranaenses já está utilizando, exatas, 629 novas salas de aula". Nada de 4 mil. Apenas 629 salas de aula.

Será que mentira é a marca desse Governo?

Gostaria Senhor Presidente de concluir o meu pronunciamento, dizendo, contestando a Secretaria de Estado da Educação, quando diz que o Estado não é caótico. Resumidamente para dizer que no início das aulas faltando lugares para 50 mil jovens na rede escolar oficial no 1º e 2º graus, não há outra expressão senão de que, realmente, está caótica a situação escolar no Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulta a liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas Parlamentares.

Certamente nesta quinta-feira temos duas preocupações que nos trazem e que nosso Partido traz a esta Casa de Leis. A primeira se refere à nova tentativa de ameaça à autonomia das universidades, segmento democrático importante para a comunidade paranaense e brasileira, e que nós do Partido dos Trabalhadores gostaríamos realmente que os representantes do Partido que governa ouvissem, atentamente, as preocupações e as reivindicações da família universitária, porque, aí sim, estaremos com os pés no chão na hora de votarmos tal mensagem palaciana.

Outra preocupação que nos traz a esta tribuna, nesta quinta-feira, é o ato oficial, assinado no dia de ontem, que nos preocupa, que é a extinção de parte da CAFE DO PARANÁ, no Estado, transferindo o patrimônio da CAFE para as cooperativas do Paraná, bem como a demissão de quase mil servidores deste órgão; são duas consequências que nós, como homens públicos deste Estado, temos que nos preocupar.

E, estamos, aos poucos, comprovando a constatação de que o Governo Álvaro Dias tem comprovado a sua afinidade com José Sarney, não apenas no mandado de cinco anos, não apenas no congelamento da URP, que aliás, aqui no Paraná, foi antecipado agora, quando o Governo Federal se lança, irresponsavelmente, numa cruzada de privatização das estatais, Álvaro Dias se antecipa e decide privatizar a CAFE DO PARANÁ, sob a alegação de enxugar a máquina estatal, e o Governo, através disso, talvez, procura ocultar a sua incompetência. Se existe uma empresa estatal, que está há 20 anos no setor, e que dispõe de amplas instalações, equipamentos, além de um competente corpo de funcionários, enfim, toda uma infra-estrutura para seu bom funcionamento, por que é que o Governo não pode continuar administrando este serviço? Certamente a iniciativa privada jamais estaria disposta a atuar em setores sem possibilidade de lucros, a não ser que a decisão de privatizar alguns serviços da CAFE DO PARANÁ, através das cooperativas, tenha, como motivação principal, ocultar falcatruas do passado, ou então transparecer incompetências de Governo. Certamente, mais que isso, temos que levar em consideração outros aspectos que resultam em preocupação nesta Casa. A CAFE DO PARANÁ, nos últimos anos, tem sido uma empresa altamente lucrativa, segundo o que se tem divulgado. O principal gerador de lucros sempre foi a produção e a comercialização da semente de algodão, que agora o Governo está passando para a iniciativa privada, abrindo para as cooperativas e quem duvida, amanhã para as multinacionais.

A folha de pagamento da empresa sempre foi coberta com os lucros alcançados na

comercialização da semente de algodão. Então, quando o Governo fala em reduzir gastos com a demissão de 685 dos atuais 1640 funcionários da empresa, está praticando um deslavado engodo.

É de se estranhar também através desse ato, como o atual Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Osmar Dias, mudou de posicionamento. Aliás, ele esteve aqui nesta Casa, eu lembro muito bem e as publicações estão aí para comprovar, quando ele veio aqui nesta Casa defender o monopólio da semente de algodão; veio aqui defender que, para manter a boa qualidade era preciso que o Estado tomasse conta. Agora, como é que ele virá aqui defender que tem que passar isso para as cooperativas e para a iniciativa privada? Portanto, nos estranha essa atitude do atual Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias.

A CAFE DO PARANÁ, com esta decisão do Governo sai do setor de comercialização de insumos. Isso significa que o Governo está se submetendo às pressões das cooperativas e dos setores privados, que nós já sabemos muito bem que a maioria deles exploram os pequenos produtores para favorecer os grandes produtores.

O Governo do Estado sempre justificou a necessidade de manter o monopólio na produção de semente de algodão para que a qualidade do produto fosse assegurada. E agora, como é que fica? Então temos que nos indagar e responder.

O Governo é um governo comprometido com os empresários. Esta decisão abre espaço para as multinacionais e representa mais uma submissão aos interesses das cooperativas e dos grandes produtores.

Outra estranheza nos causa, como que de repente se toma tal medida sem a discussão e como se transfere o patrimônio público para as cooperativas sem discutir com a Assembleia Legislativa, pelo menos sem discutir com as representações populares. Isso nos estranha e nos traz indagações. E certamente, ao anunciar essas medidas, o Governo está se comprometendo com essas cooperativas.

Quais os termos desse compromisso? Isso não se anuncia. Como é que as cooperativas vão pagar esse patrimônio do Estado? Isso nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Se o tempo está esgotado, nobre Deputado, a Mesa lhe concede 30 segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Então, essas são as indagações. Sr. Presidente, Srs. Deputados, bem como nossas preocupações, que gostaríamos que fossem transparecidas para todos os paranaenses e principalmente esse Parlamento.

Oportunamente apresentarei requerimento, formulando, sugerindo, conforme indicação do Líder da Bancada do PDS, quais são as propostas que gostaríamos que ocorressem com respeito a esse tipo de problema que estamos tratando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PDT, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome da Bancada do PDT, nesta Casa, saudamos a presença dos Srs. Reitores das Universidades Estaduais, admitindo que a Assembléia do Paraná, que viu surgir a Universidade do Paraná, nos idos de 1912, em tempos heróicos, e que garantiu à comunidade paranaense o direito de ter a mais antiga e a primeira das universidades do Brasil, não vai se dobrar à decisão autoritária do Governo Estadual, de condicionar a autonomia universitária a um Conselho Diretor Estadual.

Isso quer dizer intervenção e quebra da autonomia da comunidade universitária. E em qualquer país civilizado, universidade sem autonomia não é universidade.

Eu digo em qualquer país civilizado porque nós nos vamos atrasando a olhos vistos.

Dizia-se do Governo JK, que era o Governo dos 50 anos em 05; "do Governo do Sr. José Sarney", já diz com lucidez o editorialista Paulo Francis, publicado nos melhores jornais da República e nos grandes jornais dos Estados Unidos, "Do Governo José Sarney, já se pode dizer que são menos 50 anos em 05".

O Brasil vai para o brejo, vai para o brejo que é o horizonte mental do Sr. José Sarney, dos Deputados e Senadores que desam o golpe de Estado na democracia brasileira, fazendo naquela terça-feira negra da Semana Santa, a votação que assegura o caminho para a permanência do Sr. José Sarney por 5 anos no Palácio do Planalto.

Vai para o brejo, eu imagino, não deve ser o brejo o horizonte mental do Governador Álvaro Dias, que aspira vãos maiores. No entanto, temos visto o nosso Governador fielmente alinhado com o Sr. José Sarney. Em menos de três anos o nosso Brasil se converteu numa piada internacional. O que

gravíssimo é que, a não ser nas camadas mais miseráveis da população ou nas camadas atingidas pelas medidas arbitrárias, como a de ontem, que não foi nem pacote em choque econômico, foi calote mesmo, alote no vencimento do funcionalismo.

A não ser nessas camadas atingidas, a maioria das pessoas não têm mais pelo Brasil político sequer o sentimento do ódio, tem apenas o desdém, o desprezo. Isso é triste, porque isso pode por a perder a democracia, o que é muito triste, porque isso pode por a perder a modernidade e a nossa esperança.

Eu dizia que a proposta do Governo Federal de congelar os salários, tirando a URP por dois meses do funcionalismo, não é choque nem pacote, é calote. E tais coisas podem ser comprovadas pela letra dos números, pois a URP de março foi de 16,19% e a inflação real foi de 25%. As mensalidades dos colégios, estas sobem em OTN's, e nem todos se servem da rede pública. O imposto predial e territorial urbano da cidade de Curitiba sobe em OTN, porém o Sr. Prefeito de Curitiba conseguiu dar uma reposição salarial de 30%, no entanto, eu sei que o funcionalismo da cidade reclamaria uma reposição de 59%.

O que existe neste Brasil que vai para o brejo e perde a modernidade a partir do momento que se nordestiniza a olhos vistos, a partir do momento em que o Sr. Antônio Carlos Magalhães, o mais antigo de todos os "sátrapas", de todas as ditaduras, devia ser ele um daqueles "títeres do império da Pérsia". De tão antigo que é, o Sr. Antônio Carlos Magalhães dita as cartas agora nesta República, agora dita de verdade, o Brasil é o brejo, é "curucu" lá do interior do Nordeste, onde ninguém come na proporção de inflação.

Tem o aparte o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Só para fazer uma colocação que Vossa Excelência tem toda propriedade para dizer que o Dr. Antônio Carlos Magalhães é um dos mais fortes defensores da ditadura e hoje um dos que manda no Governo, porque Vossa Excelência sabe muito melhor que nós, porque fez parte, também, do mesmo Governo, na mesma ditadura, e deve conhecê-lo muito de perto. Só isso.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Caíto Quintana, vez por outra, a minha passagem na Casa de Memória de Curitiba, fazendo exposições sobre a história da cidade, restaurando a Igreja da Ordem cuidando das pedras e dos caminhos da cidade, erguendo aqui o Parque do Papa, resgatando as casas de tronco dos poloneses da Colônia Tomás Coelho, que iam ser afogadas pelo rio Passaúna, aliás, cuja barragem se faz, se fecha, cujo acesso dos colonos o governo Álvaro Dias não está garantindo, mas será um assunto para outra ocasião.

Minha passagem pela administração Jai-

me Lerner que muito me orgulha, é usada pela sua Bancada como um amuleto contra o meu discurso, e não é Vossa Excelência pajé para me exorcizar, já não tenho medo do tempo em que estive do PDS ou na Casa da Memória, porque subi no caminhão das diretas. Tive a idéia de acreditar naquele turbilhão de amarelos que inundava o País. Fui o primeiro Vereador de Curitiba a apoiar a idéia das eleições diretas para Presidente da República, e gostaria de votar para Presidente. E, se tive alguma coisa de antigo na minha vida de não compromissado com a modernidade, tais coisas tive na maior inocência nos tempos da Casa da Memória.

Pode ser um pecado de juventude, hoje não peço mais, e se há pecado, este pecado está no País do calote, que não é o País do pacote, que não é o País do choque: o pecado está na nordestinização a olhos vistos do Brasil, no Governador do Paraná que teria tudo para ser moderno, para ser pujante, para ser vibrante dobrando-se os Srs. do Nordeste. O pecado está nesta Assembleia, em tentar desrespeitar o direito do servidor público com essa mensagem esdrúxula que não traz nenhuma proposta de política salarial, senão, atrela de uma maneira louquíssima, o aumento do vencimento do funcionalismo na proporção da arrecadação do ICM do Estado, mas o limita na hora de grande lucro, ou seja, na hora da colheita.

Este Paraná dos semeadores, este Brasil diferente do Professor Wilson Martins que não é o País da casa grande e da senzala, que é a terra das searas, não é a terra das secas, que é a terra da casa de madeira com varanda, como o pequeno produtor. Este Paraná das cidades que cresceram em trinta anos não pode se transformar em pálido espectro do terrífico nordeste que todos detestamos, o nordeste velho, não o nordeste dos oprimidos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo ao Deputado que seu tempo está encerrado. Trinta segundos que, costumeiramente, damos para o Senhor concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - Claro, Sr. Presidente. Há que se dizer o Nordeste dos opressores, jamais o Nordeste dos oprimidos, o Nordeste do senhor da casa grande, jamais o Nordeste da senzala, mesmo porque eu temo que a senzala do nordeste tenha sido mandada para o Sul para ser miserável em torno das nossas grandes cidades.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

na.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Quero pedir desculpas pela indelicadeza do aparte ao Deputado Rafael Greca porque reconheço suas qualidades de tribuno, estudioso e de um bom Deputado nesta Casa.

E Vossa Excelência coloca muitas e muitas verdades no seu pronunciamento, compartilhada pela nossa Bancada e nosso Partido. Indubitavelmente, a situação nacional é uma situação difícil e Vossa Excelência espelha muito bem.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, até gostaria de ver o dia em que um Governo de Estado, de um município ou da Nação desse por exemplo um aumento de 150%, 200% de aumento salarial ao trabalhador, ou instituisse uma cesta básica de graça ao trabalhador brasileiro ou fizesse um mercadão popular aos moldes do Prefeito Roberto Requião, levando aos bairros e vendendo por preço barato. Eu queria ouvir, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o comportamento, eu ouvi a voz do Deputado Pedro Tonelli do PT nesta Casa, porque eu não consigo entender a filosofia, o pensamento do ser contra tudo.

Quando eu pedi um aparte ao Parlamentar, foi para perguntar se o PT é a favor das estatais; se o PT é a favor do inchaço da máquina administrativa do Estado no comprometimento dos recursos públicos, para o custeio dessa máquina. Porque parece impossível, que eu possa ouvir nessa Casa, que se chama de empresário, uma cooperativa. Qual é a definição, na razão social de uma cooperativa? Quem compõe uma cooperativa, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, se não o agricultor?

Existe integralização de capital particular ou próprio de cada um, na cooperativa. Existe um grupo econômico que detém dez, quinze, vinte ou cinquenta ou cem% de uma cooperativa? Ou a cooperativa é uma associação de pequenos agricultores, para poderem em conjunto comprar mais barato reduzir o custo operacional e transmitir para os seus associados também, mais barato o produto que tem.

E daqui a pouco, quando o Governo do Estado do Paraná, atendendo reivindicações de anos, de agricultores, resolve passa para as cooperativas a CAFE DO PARANÁ, eis que surge o defensor dos pequenos proprietários, indo à tribuna acusar o Governo por atendê-los.

Eu, sinceramente, não entendo nada disso. Não faço política para demagogia. Lutamos dentro da verdade para avançar, avançar muitas e muitas vezes, é aplaudir atos praticados com coragem.

Quanto custa Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, toda a estrutura da CA

FE DO PARANÁ, espalhada pelo Paraná inteiro, com funcionários, alugueis, viaturas, encargos sociais, para funcionar como funciona em muitas cidades, uma pequena loja que nada ou quase nada tem para oferecer.

O que o Governo pretende com isto? Passar para as cooperativas que já têm uma estrutura montada de assistência ao pequeno trabalhador, e que possam fazer o mesmo trabalho que a CAFE fazia em favor dos trabalhadores, diminuindo o custo operacional e a despesa do servidor público.

E, vem o Deputado do PT, sem ter conhecimento do que aconteceu, chamar de empresário, os cooperativistas do Estado do Paraná.

Eu lamento profundamente, porque acho que a agricultura brasileira sempre que for tapeada pelo interesse eleitoreiro, não haverá de avançar nunca. Sempre que nós nos reunirmos apenas para contestar ou para pregar a revolta, o desânimo, a descrença, a falta de soluções futuras, estaremos enterrando cada vez mais, o pequeno agricultor do Paraná, porque não estaremos buscando solução para eles, e sim solução eleitoreira para nós.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sim, concedo-lhe o aparte, Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Obrigado. Parabéns Vossa Excelência pela brilhante colocação que faz dessa tribuna e ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa através dos seus Deputados tem a oportunidade de analisar o procedimento do Deputado do PT, Pedro Tonelli.

Uma vez que está registrado nos Anais deste Poder Legislativo que, até ontem, criticava-se a CAFE DO PARANÁ, criando uma série de polêmicas em cima do Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias, e hoje se contesta a posição tomada pela mesma. Uma vez que se fala tanto em defender o pequeno produtor, e que cito um exemplo, ilustre Deputado Caíto Quintana, de que a partir do momento que foi implantada a cooperativa em Cianorte, região estritamente agrícola, a qual represento nesta Assembléia Legislativa do Estado, a COCAMAR, tivemos a oportunidade de participar de várias reuniões com trabalhadores e produtores, que hoje estão tendo reflexo da grande importância de uma cooperativa em qualquer região. Tanto defende o ilustre Deputado do PT, de que tem que haver nas comunidades, sindicatos, a união de todos e hoje vem criticar as cooperativas paranaenses. É lamentável que um Deputado vindo de uma região também, que conheço, estritamente agrícola, que enga-

nou a consciência do pequeno produtor, chegou até esta Assembléia Legislativa do Estado dizendo tamanha besteira nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O Sr. Antônio Costenaro - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu lhe concedo, Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. Antônio Costenaro Neto - Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência, com muita propriedade, defende o cooperativismo, e nos sentimos na obrigação, também de defendê-lo porque somos Diretor de Cooperativa, fundador e por conhecermos o que significa para o nosso País o cooperativismo.

O Deputado Pedro Tonelli, que tanto fala nos "sem-terras" e na defesa dos produtores, do homem do campo, eu acho que essa fala toda, sempre discorre em função do interesse eleitoreiro apenas, porque jamais eu posso admitir que quem defende os produtores, homem do campo, não seja o mesmo que defenda o cooperativismo...

O Sr. Pedro Tonelli - Mas a maioria dos que...

O Sr. Antônio Costenaro Neto - ...porque cooperativismo significa socializar a produção entre os pequenos e os grandes, em benefício da sua maioria. Portanto, a soma do capital e o trabalho faz com que se tenha um melhor aproveitamento do meio de produção. E o PT, o Deputado Pedro Tonelli, eu acho que não conhece isso, pelo menos é o que deixou transparecer...

O Sr. Pedro Tonelli - Comparando ...

O Sr. Antônio Costenaro Neto - ...o seu gesto de cooperativa...
(vozes paralelas).

O Sr. Antônio Costenaro Neto - ...comparando cooperativas com multinacionais, pois as cooperativas é que criaram todas as dificuldades para que as multinacionais não tomassem conta, totalmente, do País, porque aquelas se transformaram na soma de pequenos, médios e grandes produtores e na grande massa produtora que abre fronteiras neste País e está fazendo progresso. Agora, Vossa Excelência e naturalmente seu Partido não reconhecem isso ou não querem reconhecer.

Portanto, nós não admitimos: eu acho que foi uma grande conquista do cooperativismo do Paraná, o que aconteceu ontem: o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, extinguiu a co-

mercionalização da semente do algodão, porque as cooperativas é que produzem, e organizam a produção. Portanto, está em suas mãos. As cooperativas detêm tecnologia e capacidade para manter o estoque, organizar a produção, receber a semente, comercializá-la e ficar com o lucro, que será distribuído entre os agricultores.

Foi uma grande atitude, eu já disse nesta tribuna, e vou repetir, que eu critico e quero criticar o Governador do Estado quando ele estiver errando, mas também estou pronto a elogiá-lo quando comete uma atitude em defesa dos produtores e do povo do Paraná. Pois, ontem, nós aplaudimos e aplaudimos hoje e seremos defensores dessa atitude do Governo, que foi de nobreza em defesa do produtor rural, da produção agrícola, daqueles que trabalham para o progresso do Paraná. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Trinta segundos para concluir.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para concluir, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Gostaria também de dizer, não me antecipando aos fatos, que enquanto se discute a questão da URP, a Bancada do PMDB continua, sistematicamente, reunindo-se quando então haveremos de apresentar a este plenário, soluções para este grave impasse e superá-lo dentro da capacidade orçamentária do Estado.

E quero dizer, também, aos Deputados aparteantes que sou, serei e continuarei sendo defensor de todos os agricultores produtores do País, pequenos, médios ou grandes, porque na hora dos dólares entram pela exportação ou da comida ser colocada na mesa do brasileiro o que vale é a produção. Por isso, parabênizo o Governo pela atitude de passar a CAFE DO PARANÁ para as cooperativas de trabalhadores rurais do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à Ordem do Dia. Antes porém, esta Presidência, a pedido do Presidente da CCJ, Deputado Djalma de Almeida César, comunica aos Senhores Deputados, integrantes daquela Comissão, a realização de uma reunião extraordinária para amanhã, dia 08 de abril, às 10:00 horas da manhã, para apreciação das Mensagens da URP e das necessidades estaduais, entre outras. Portanto, reunião extraordinária da CCJ, amanhã às 10:00 horas da manhã.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão Especial para representar esta Casa no Encontro Nacional da UPI - ANDAL, a realizar-se em Brasília nos dias 10, 11, 12, 13 e 14 do corrente mês. Aprovado.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA.n. 70, de 23.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 110/87

P A R E C E R

De autoria do ilustre Deputado Antônio Bárbara, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cecília do Pavão, com sede e foro em Santa Cecília do Pavão.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 224/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que fica denominado de EGÍDIO ASSMANN o Complexo do CEASA em Maringá Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 96, de 10.9.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 224/87

P A R E C E R

O nobre Deputado Ferrari Júnior, ve

apresentar proposição que visa denominar Egídio Assmann o Complexo do CEASA em Maringá.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite normal por esta Casa.

A medida se justifica plenamente, pois visa homenagear Egídio Assmann, um incansável batalhador, que manteve os primeiros contactos para a implantação do CEASA em Maringá.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente à Aprovação deste projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DA AGRICULTURA

PROJETO DE LEI N. 224/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior o Projeto de Lei em pauta, objetiva denominar o Complexo do CEASA em Maringá de Egídio Assmann.

A Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Agricultura, chamada a opinar sobre seu mérito, conclui que esta propositura pretende prestar justa homenagem à Egídio Assmann eminente homem público, que sempre se dedicou ao progresso e crescimento do Município de Maringá.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE SÃO JORGE, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 118, de 20.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 284/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Pirajá Ferreira, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque São Jorge, com sede e foro em Almirante Tamandaré.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria,

inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 338/87, de autoria do Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública a TENDA ESPÍRITA SÃO JORGE E SANTA BÁRBARA, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 134, de 17.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 338/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Alexandre Ceranto, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Tenda Espírita São Jorge e Santa Bárbara, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 346/87, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI do Distrito de Água Boa, com sede e foro na Cidade de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 136, de 19.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 346/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Alves, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, do Distrito de Água Boa, com sede e foro na Cidade de Paçandu.

Encontra-se o processado instruído com

as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Há poucos instantes, Vossa Excelência anunciou uma Reunião Extraordinária da CCJ, para amanhã às 10:00 horas.

Eu presumo que esta reunião foi convocada, para que aquela Comissão exare o seu parecer na Mensagem Governamental, que extingue a URP para o funcionalismo.

Estou encaminhando à Mesa, e gostaria que Vossa Excelência submetesse à decisão do Plenário, o requerimento convocando para a referida reunião, o Senhor Secretário de Estado da Administração, o Deputado Mário Pereira, para que ele exponha perante aquela Comissão, quais os mecanismos que o Governo do Estado pretende adotar, para proteger o vencimento do funcionalismo público contra a corrosão inflacionária, porque esta Casa não pode votar uma Mensagem, pura e simplesmente, extinguindo o mecanismo de proteção, apenas de proteção ao vencimento do funcionalismo público, é desumano.

Ainda agora que o Governo Federal anuncia uma inflação recorde para este mês, acima dos 20%; como é que fica o funcionalismo; tem que se implantar um mecanismo de proteção. Eu admito que a URP esteja trazendo problemas sérios, não só ao Governo do Paraná, mas aos Prefeitos, aos demais Governos da Federação Brasileira.

Agora o que nós não podemos aceitar, não podemos votar, apenas porque a maioria quer, é a extinção pura e simples da URP e eu acredito na palavra do Senhor Governador, e espero que o Senhor Secretário de Estado da Administração, em aqui comparecendo traga efetivamente uma promessa a esta Casa, da adoção de mecanismo que possa efetivamente tranquilizar o funcionário público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta presidência agradece o seu pedido e o referido requerimento encontra-se sobre a Mesa para a apreciação.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando Regi-

me de Urgência ao Projeto de Lei n. 273/84, que dispõe sobre o custeio do transporte de alunos de 1º e 2º graus, pelo Estado, quando não houver na localidade em que residem, os cursos que estejam matriculados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para as Mensagens 39/87, 51/87, 76/87, 83/87, 99/87 e 104/87, oriundos do Poder Executivo, dada a sua importância para a adoção de medidas que visam melhorar o funcionamento da máquina administrativa do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 55/88, Mensagem do Poder Executivo n. 043/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo que o mesmo compareça a Sessão Extraordinária da C.C.J., para expor perante aquela Comissão, quais os mecanismos que o Governo pretende adotar em substituição à URP, para proteger os vencimentos do funcionalismo público da corrosão inflacionária. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Apenas para dizer, Senhor Presidente, que a Bancada do PMDB votará favorável ao requerimento de Deputado Erondy Silvério, até porque dentro daquilo que propusemos desde o primeiro instante, queremos discutir com profundidade, encontrando soluções. Este é o princípio que norteia a nossa bancada. Este é o princípio que norteia o Governador Álvaro Dias e acho de suma importância que o Secretário venha até aqui para expor à Comissão de Constituição e Justiça o porquê das dificuldades do Estado e as formas que serão alteradas no Projeto original para atender as reivindicações de servidores dentro da possibilidade do caixa do Estado.

Por isso a nossa Bancada votará favorável, e esperamos que na reunião os membros da CCJ ajudem a encontrar uma solução, esquecendo o discurso, a postura eleitoreira e façamos um trabalho todos juntos em favor do funcionalismo público do Estado do Paraná.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em Discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, o requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério é oportuno e vai realmente beneficiar bastante o estudo da matéria que vai se apresentar amanhã na CCJ.

Por outro lado, Senhor Presidente, seria bom que mesmo os Deputados que não pertencem a CCJ comparecessem à reunião de amanhã porque nas Comissões está o estudo maior do projeto, para que eles nos ajudem, com as idéias, o próprio Deputado Líder do Governo ainda disse há pouco, que se procurará um meio de resolver a situação, mesmo que eles não votem em papel, poderão dar os seus pareceres, conversar com os membros daquela comissão para se chegar a um denominador comum e apresentar melhor solução para o trabalhador do serviço público estadual.

É esta a nossa proposta, apenas um convite aos demais Deputados que não pertencem a CCJ para que juntos examinemos na Comissão, matéria de alto interesse social.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Senhor

Presidente, eu proporia ainda, até que, esta oportunidade tão rara que temos de um Secretário vir à Assembléia para dar esclarecimentos, porque vários outros convites foram feitos e o Plenário, lamentavelmente, a maioria do PMDB sempre recusou e eu sou testemunha de vários requerimentos de minha autoria, convocando Secretário de Estado da Segurança, de Justiça; seria oportuno neste momento e a Assembléia daria uma demonstração de plena abertura, se abrisse as portas desta Comissão amanhã, e que ela fosse levada para o Plenarinho e desse oportunidade para que as entidades, para que as Associações dos funcionários públicos pudessem também participar.

Seria uma maneira de transparência na discussão, e de valorização de vinda do próprio Secretário, e da própria Assembléia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência comunica que este seu pedido foge a alçada desta Presidência, visto que existe um Presidente dessa Comissão que tem plenos poderes para fazer, atender ou não o seu pedido.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Para não pairar dúvidas sobre a nossa manifestação anterior; votaremos solidários ao requerimento do Deputado Erondy Silvério para que o Secretário Mário Pereira compa-

reça na Comissão de Constituição e Justiça, até porque estamos iniciando uma discussão a respeito, e nossa Bancada não está concordando com a tese de que se fira o regimento da Comissão de Constituição e Justiça, cedendo a palavra ou o voto para os integrantes da Comissão. Nada impede que a reunião seja aberta, que haja assistentes, como também não concordamos com a tese do Deputado Algaci Túlio que me reporta ser daquelas que tentam melar uma solução que se tenta encontrar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Absolutamente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nós queremos é conduzir o processo para que ele possa ser votado de acordo com o interesse do servidor.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela ordem) Senhor Presidente, duas colocações. Inicialmente quer me parecer que ficou prejudicada a convocação da reunião da CCJ para amanhã porque esta Casa deve ainda consultar o Senhor Secretário se ele pode comparecer ou não amanhã às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa o nobre Deputado que nada tem a ver a convocação da CCJ que já foi comunicada. O Presidente da CCJ pediu a esta Presidência que fizesse um pedido aos Senhores Deputados convocando-os. Evidentemente que ele estará convocando por escrito, os Senhores membros da Comissão. Está sendo feita a votação do pedido do Deputado Erondy Silvério para o comparecimento do Deputado Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração a esta reunião.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado. Eu sou membro da CCJ, fui devidamente convocado e, no meu entendimento, prejudica de qualquer forma a convocação.

Mas queria aduzir que é muito oportuno o requerimento do Deputado Erondy Silvério que mostra com a sua larga vivência nesta Casa sua competência nessas horas, de sempre apresentar uma proposta, uma solução, porque eu também fico me perguntando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como é que a Mensagem do Senhor Governador e se convoca para uma sexta-feira que de rotina não temos sessões se não conhecemos ainda qual a decisão do Governo Federal. Será que o Senhor Presidente da República vai revogar, alterar o Decreto 2335, 2336? Porque a Lei que regula, que disciplina o pagamento de vencimentos para os funcionários públicos do Estado é Federal, é o Decreto que eu acabei de me referir. Como é que pode a Mensagem do Senhor Governador

antecipar-se à decisão do Governo Federal, competente para tanto. Daí a oportunidade da proposta do Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que também pelo que estampa nos jornais até o final da tarde estarão sendo anunciadas pelo Senhor Ministro da Fazenda as decisões sobre a URP, inclusive.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - O Senhor Governador já fez a Mensagem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência coloca em votação o requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nós concordamos com o requerimento do Deputado Erondy Silvério e louvamos a iniciativa do Deputado Caíto Quintana de permitir que, pela primeira vez neste Governo, esta Casa seja realmente o Parlamento, ou seja, o espaço da troca de idéias entre o Executivo e as pessoas eleitas pelo povo. No entanto, como a Lei a ser votada não tem efeito retroativo, eu quero, ao encaminhar este requerimento, sugerir ao Senhor Governador que faça como o Senhor José Sarney: pague a URP de março porque não pode a Assembléia como já usada nos jornais de ontem (eu a vi) ser usada como pretexto para calote da URP de março no funcionalismo do Estado - e a Assembléia está sendo usada. Eu ouvi da boca do Senhor Secretário de Estado da Administração, na "Gazeta do Povo" a afirmação de que não se pode pagar o reajuste salarial, a reposição salarial para o funcionalismo porque o processo está na Assembléia. A Assembléia não é um espaço exotérico, as coisas não caem aqui e não desaparecem. Também não pode ser a Assembléia um amuleto de incompetência - muito menos de injustiça. Nós precisamos que o funcionalismo receba ao menos a URP de março. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério. Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projeto de Lei n° 295, 314, 343 e 344/87 e Projeto de Resolução n° 003/88. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a

necessidade da criação da Vara de Família, Menores e Registros Públicos, no município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da "Carta de Paranaguá", contendo o posicionamento das faculdades e das entidades representativas dos professores e alunos, sobre a proposta de criação do Conselho Direto das Instituições de Ensino do Paraná. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - Procede a chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e irá proceder à verificação de votação. Antes, porém, que registrar a presença do Vereador de Altônia, companheiro João Rotta.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam requerimento queiram levantar-se.

Seis (06) Senhores Deputados aprovam, Quinze (15) rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a regulamentação da Lei n° 8.627, de 09 de dezembro de 1987, que visa a obrigatoriedade de diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do Hipotireoidismo congênito (HS) do mongolismo e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas neste Estado. Encerrada discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Município de Palmas, pela passagem dos seus 109º aniversário. Encerrada

discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para a conclusão das obras de construção de poços artesianos nas localidades de Fartura e Farturinha, no Município de Vitorino, e ainda no distrito de Barra Grande, Município de Itapejara D'Oeste e inúmeros outros poços em todo o Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 81º aniversário do Município de Carlópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 88º aniversário do Município de Jacarezinho. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, Anibal Khury, Eduardo Baggio e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Ministros da Indústria e Comércio e da Fazenda e Presidente do IBC, encarecendo agilização de providências no sentido de amenizar a crise da cafeicultura. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo que os módulos policiais existentes nesta Capital, voltem a contar com viaturas para um melhor atendimento à comunidade. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a implantação de uma Escola Técnica Federal que ofereça inicialmente cursos técnicos de nível médio, nas áreas de mecânica, eletrônica e eletrotécnica, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia Mundial do Combate ao Câncer". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Médico Legista". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratula-

ções pela passagem do "Dia do Corretor". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Jornalista". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Médico Legista". Encerrada a discussão.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JUNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é o "Dia Mundial da Saúde" e deve ser o dia, Senhores Deputados, de reflexão para nós, homens públicos que nos propusemos, com a eleição, a trabalhar para o bem do povo.

O nosso País, hoje, atinge índices alarmantes de doenças. O brasileiro é um homem vulnerável às enfermidades porque alimenta-se mal; porque sua constituição está ligada ao problema da infra-estrutura.

É toda uma história, Senhores Deputados, de subnutrição que vem de gerações ancestrais. Implica também em problemas de habitação, higiene, saneamento, de salário mais digno e de justiça social. Tudo isto, gerado pela ausência de políticas voltadas ao social. Não para o social das grandes elites que é minoria neste País, mas uma política social "pés no chão", voltada para o trabalhador, ao desempregado, que sempre encontra as portas de indústrias e do trabalho cerradas à sua frente; para as crianças subnutridas, maioria da infância neste País; para a mulher trabalhadora, mal nutrida, sacrificada pela falta de uma política de planejamento familiar.

Vejam Senhores Deputados, segundo Hélio Jaguaribe, numa pesquisa encomendada pelo próprio Presidente José Sarney no ano passado, temos no Brasil 70 milhões de miseráveis. A saúde afirma que temos milhões de doentes mentais. Dezesseis milhões de crianças abandonadas neste País. Oito milhões saem das escolas todos os anos pela falta de condições para frequentá-la. A sociedade brasileira é violentada pelo capitalismo selvagem que torna, a cada dia, o trabalhador brasileiro mais empobrecido, miseravelmente violentado pelo modelo e pelo sistema que aí está.

O Nordeste nada mais é do que o Biafra

brasileiro. As crianças mal nutridas, tratadas por Portinari, são denúncias do estado de penúria e miséria. E matam o nordestino lentamente.

Nos arrepiamos quando lemos na História da Civilização as torturas chinesas. O célebre cadafalso da França.

As fogueiras na Santa Inquisição.

Mas, se analisarmos friamente, comparadas às torturas do salário-mínimo, indigno, a idiotice gerada pela subnutrição das crianças brasileiras, a tuberculose, a AIDS, as doenças geradas pelos tóxicos na nossa juventude, sentimos que estamos sendo autocondescendentes com a nossa ação política. Ingênuos e, por que não dizer, cegos quanto a avaliação prospectiva que a história política fará de nossa ação neste presente.

Senhores Deputados, Senhor Presidente: o momento é, sim, de reflexão. O momento é de rebuscarmos o passado e compararmos, sim. Será que a história sempre se repete? Qual é o mais torturado? Aquele morto pela Santa Inquisição, morto na fogueira, na Idade Média, ou o nosso trabalhador de hoje, assalariado, que morre porque já tem a sua pena de morte decretada aos poucos, dia-a-dia, de fome, pela doença, pela miséria pela segregação.

A notícia que o governo quer acabar com o INAMPS. E está aí: o Governo quer acabar com o INAMPS. Será um ato de covardia. Covardia política. De homens muitas vezes que não estão ungidos pelo voto popular. Para acabar com o pouco e precário, até, atendimento ao trabalhador brasileiro, que ele conseguiu conquistar ao longo dos últimos anos. Mas, que não atende as suas necessidades e as necessidades de seus familiares, pela incompetência de homens que aí estão e que desconhecem a verdadeira realidade de penúria, de miséria, deste País.

Senhor Presidente.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo aparte, com muito prazer, ao jovem, atuante e brilhante Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Deputado Lindolfo Júnior, nós o conhecemos de perto. Sabemos da sua preocupação, não apenas com o setor o qual Vossa Excelência se reporta no momento, que é o problema do menor abandonado, e o problema das crianças que já nascem condenadas, como bem disse Vossa Excelência, à idiotice e à desnutrição, neste País. Eu quero me associar a esta sua preocupação e quero ainda dizer a Vossa Excelência que há poucos dias, lendo

no jornal uma reportagem sobre a Etiópia, sabemos que praticamente oito milhões de crianças estão condenadas à morte, neste ano, naquele País. De maneira que é praticamente toda, quase toda, a população do Estado do Paraná que está condenada à morte. De maneira que nós não queremos isto, jamais, para este País. Nós que somos cristãos, patriotas, e que fomos eleitos para fazermos alguma coisa em benefício da nossa população, temos que neste momento, não nos olvidar e associar a sua preocupação, como forma de alertar as pessoas que podem, conjuntamente com as nossas lideranças, dar um basta a tudo isto que vem acontecendo.

Quem sabe, Senhor Deputado, como já conversamos anteriormente, uma paternidade responsável seria o caminho para dar solução a estes problemas que Vossa Excelência afirma com tanta sabedoria e com tanta preocupação.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço o aparte do Deputado José Afonso Júnior e ouço com muito prazer o Deputado da Banca do PDT, Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Deputado Lindolfo Júnior, por coincidência também hoje no meu programa de rádio, falei a respeito do "Dia Mundial da Saúde", congratulando-me com algumas entidades no Paraná, em especial o Hospital Evangélico, de Clínicas, Santa Casa, Hospital do Câncer, que, sem uma estrutura e sem uma ajuda governamental, fazem um trabalho que merece um elogio de toda esta Casa.

São setenta milhões de miseráveis neste País; são milhões de doentes mentais, crianças abandonadas; são cento e trinta mil de brasileiros portadores de deficiência física, coisa seriíssima e que lamentavelmente, os Governos ainda não olharam com a devida atenção para este lado, sendo um País de gente quebrada, de defeitos que precisam de melhor atendimento do nosso Governo, e lamentavelmente não se vê isso. Então realmente, é um problema seriíssimo a situação da saúde neste País.

Aliás, a situação da saúde no Brasil, no desgoverno que aí está, é deplorável e vai indo muito mal. Tem razão Vossa Excelência quando aborda, esses números, bem como a pesquisa feita pelo Doutor Hélio Jaguaribe, Sociólogo, pesquisador e cientista que traz números assustadores, e que lamentavelmente parece não chegaram ainda às vistas e aos ouvidos dos Governantes que aí estão, parabéns.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço o Deputado Algaci Túlio, e da Bancada do PFL. Ouço com muito prazer, o amigo e companheiro Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Nobre Deputado, é bastante oportuno dia em que se comemora o Dia da Saúde, o pronunciamento de Vossa Excelência.

Eu gostaria também, de frisar nesta Casa, que nós somos fundadores de uma entidade filantrópica denominada Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí, o qual mantém o Hospital Psiquiátrico com a capacidade de 250 leitos-dia e sendo levada agora à ampliação para quatrocentos leitos-dia.

E nós, naquele hospital durante dez anos em que o administramos desde a sua fundação, até a execução da obra e a manutenção durante cinco anos de atividade de atendimento, conseguimos atender onze mil pacientes, que por ali passaram, com dados levantados pelos médicos, pelas psicólogas, por todos aqueles que atendem o Hospital Regional, conseguimos detectar o maior causador da miséria, da doença mental, que é a fome, alcoolismo e pela falta de estímulo que milhares e milhares de pessoas têm neste País para viver.

Portanto, sabemos que, o maior causador da miséria humana brasileira, ainda é a ingovernabilidade neste País.

Ainda é a fome provocada pela miséria, provocada principalmente para poucos que conseguem muito, e para os milhares que conseguem muito pouco e nem conseguem estímulo para viver.

Portanto, nobre Deputado, registramos neste momento, a nossa preocupação também, com os problemas da saúde, do abandono do povo brasileiro, e parabenizamos Vossa Excelência, neste dia pelo seu pronunciamento.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Com muito prazer ouço Vossa Excelência Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Parabenizo Vossa Excelência, quando hoje é o "Dia Internacional da Saúde" e Vossa Excelência traz fatos importantes a este Parlamento.

Mas, ao ensejo, gostaríamos de dizer que ontem, tivemos a oportunidade de viajar para o interior do Estado, em Cianorte e posteriormente, na região de Jacarezinho, terra do nosso Líder Deputado Afonso

Júnior e Deputado Hermas Brandão.

Essa viagem nós fizemos em companhia do Ministro da Saúde e do Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva.

Poderia adiantar ao ilustre Deputado que, ontem, em Cianorte, tivemos reunidos com os profissionais da Saúde. Assistimos o pronunciamento, as explanações do Ministro da Saúde e, posso dizer que o Paraná acima de tudo teve a felicidade de ter no Ministério, um Ministro paranaense, Deputado do nosso Estado.

Não só o Paraná goza desse prestígio, mas o nosso País. E as colocações do Ministro Borges da Silveira, ontem, em Cianorte e Jacarezinho foi de que o interesse do Ministério é cada vez mais se aproximar da população carente no setor de saúde. E nós entendemos que se as mudanças que se pretendem implantar pelo Ministro da Saúde forem feitas no Brasil, nós teremos um grande avanço no setor de saúde. E acho que todos os governantes teriam que olhar um pouco nesse setor, porque nós temos alguns exemplos que deixam a desejar, quando se trata da saúde do ser humano.

E essa política que pretende o Ministro, o Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde, nós teremos certeza que o Brasil e, em especial o Paraná com este apoio teremos um grande avanço ao nosso povo do Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, ao encerrar o meu pronunciamento agradeço aos ilustres Pares que me honraram com apartes oportunos e importantes, dizendo que a nossa instituição também está doente. A classe política está desmoralizada; falta credibilidade e condições de trabalho.

Infelizmente, meu tempo esgotou e gostaria em outra oportunidade, Senhor Presidente, comentar pois o nobre Deputado Dirceu Manfrinato disse bem, o nosso Ministro do Estado do Paraná vem fazendo um trabalho sério, com competência, mas falta-lhe recursos para que outros projetos mais sejam efetuados.

O Deputado José Afonso Júnior, era Prefeito em Santo Antônio da Platina, e naquela região, conversando com diversos moradores da cidade, todos, existe uma unanimidade com relação ao gerenciamento do Deputado José Afonso Júnior com relação à saúde do seu povo, mas também tinha um orçamento para cumprir e, fez o possível com aquilo que ele tinha em mãos.

Eu agradeço e encerro meu pronunciamento Deputado Eduardo Baggio, fazendo um apelo que neste "Dia Mundial da Saúde," façamos uma auto-análise sobre o que estamos fazendo, todos nós, a instituição, os políticos, para melhorar a saúde e a vida

do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença neste Plenário, do companheiro do PMDB Lauro Stanilowsk, do Município da Lapa e, do Vereador de Palmital, Valentim Peron.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 110/87, 224/87, 284/87, 338/87, 346/87, 21/88 e do Projeto de Resolução n.º 22/88.

1.^a DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.ºs 386/87, 25/88 e 35/88.

Levanta-se a Sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 05.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Vera Agibert e Alexandre Ceranto.

Às onze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior,

José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação a ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação da Ata.

(É procedida a verificação de votação)

Onze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.º 363 e 367/87 e 06 e 13/88.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 09/88.

Levanta-se a Sessão.